



ESTADO DE GOIÁS
LEI Nº DE DE 2002 (LDO)
ANEXO II - METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Art. 4º, § 2º, Inciso III, Lei Complementar nº 101/2000)

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	ADMINISTRAÇÃO DIRETA					
	EXERCÍCIOS					
	1999	V. PATRIMONIAL %	2000	V. PATRIMONIAL %	2001	V. PATRIMONIAL %
1 - PATRIMÔNIO ORDINÁRIO						
PATRIMÔNIO FINANCEIRO	-430.999.394,16	-54,60	-328.365.912,13	-13,79	-284.185.583,32	-15,14
PATRIMÔNIO PERMANENTE	1.168.474.160,54	148,03	2.657.867.474,59	111,58	2.085.656.967,55	111,13
SOMA	737.474.766,38	93,43	2.329.501.562,46	97,80	1.801.471.384,23	95,99
2 - PATRIMÔNIO EXTRA-ORDINÁRIO						
PATRIMÔNIO TRANSITÓRIO	51.872.596,18	6,57	52.461.504,61	2,20	75.314.115,69	4,01
SOMA	51.872.596,18	6,57	52.461.504,61	2,20	75.314.115,69	4,01
TOTAL	789.347.362,56	100,00	2.381.963.067,07	100,00	1.876.785.499,92	100,00

Fonte: Departamento Geral de Contabilidade / SEFAZ

Observação: Valores sujeitos a alterações até o fechamento final do Balanço Geral do Estado de 2001

1 - PATRIMÔNIO FINANCEIRO - representa a diferença entre Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro.

Ativo Financeiro - Valores financeiros existentes em caixa ou depositados em bancos, e os créditos cuja real realização não constitui receita orçamentária, ou ainda as pendências que serão apropriadas a Despesa Orçamentária.

Passivo Financeiro - São as obrigações cujo pagamento ou restituição independe da execução orçamentária da despesa (R.P.).

2 - PATRIMÔNIO PERMANENTE - é a diferença entre Ativo Permanente e Passivo Permanente.

Ativo Permanente - conjunto de bens e valores destinados a constituição dos meios necessários ao desenvolvimento das finalidades estatais; os créditos relativos, as receitas lançadas e não arrecadadas no exercício e os empréstimos concedidos a terceiros na forma da Legislação específica.

Passivo Permanente - conjunto das obrigações aos títulos da Dívida Pública, contratos de financiamentos celebrados pelo Tesouro ou Autarquias e Fundações com instituições financeiras nacionais ou estrangeiras.

3 - PATRIMÔNIO TRANSITÓRIO - refere-se ao Ativo Transitório.

Ativo Transitório - representa os bens a receber e os valores a apropriar, decorrentes da inscrição de Restos a Pagar não processados, relativos a aquisição de bens móveis/imóveis cuja a apropriação não ocorreu até 31/12.



ESTADO DE GOIÁS

LEI Nº DE DE DE 2002 (LDO)

ANEXO II - METAS FISCAIS

- DEMONSTRATIVO DE RENÚNCIA DE RECEITA - Demonstrativo de Benefícios Tributários

A legislação tributária goiana considera benefício fiscal o subsídio concedido pelo Estado, na forma de renúncia total ou parcial de sua receita decorrente do imposto, relacionada com incentivo em futuras operações ou prestações nas atividades por ele estimuladas. Consoante esse conceito, os benefícios fiscais literalmente previstos pelo Código Tributário do Estado de Goiás (Lei n.º 11.651, de 26 de dezembro de 1991, são os seguintes:

- I - a isenção;
- II - a redução da base de cálculo do imposto;
- III - o crédito outorgado;
- IV - a manutenção de crédito;
- V - a devolução total ou parcial do imposto.

Essa mesma norma equipara a dilação de prazo para pagamento de imposto, bem como a exoneração, a dispensa, a redução, a eliminação, total ou parcial, do ônus do imposto devido na respectiva operação ou prestação, a benefício fiscal.

Dos benefícios listados, a devolução total ou parcial do imposto nunca foi concedido e a manutenção de crédito visa apenas manter o princípio da não-cumulatividade do imposto, razão pela qual quantificaremos apenas a isenção, a redução da base de cálculo e o crédito outorgado. O quadro a seguir apresenta os valores encontrados.

ANO	BENEFÍCIOS FISCAIS CONCEDIDOS			
	ISENÇÃO	CREDITO OUTORGADO	TOTAL	VARIAÇÃO
2003	1.435.083.545,16	428.216.486,04	1.863.300.031,20	-
2004	1.463.785.216,06	441.176.584,39	1.904.961.800,45	2,24%
2005	1.493.060.920,39	450.914.859,80	1.943.975.780,19	2,05%

Relativamente à isenção (que inclui a redução da base de cálculo) deve ser observado que o valor encontrado está superestimado, problema que não tivemos condição de expurgar com os instrumentos que dispomos atualmente. Com efeito, se é concedida uma isenção ou uma redução da base de cálculo na fase intermediária do processo de circulação de mercadoria, a tributação posterior anula esses benefícios. Entretanto, como é impossível, no estágio atual, separar o benefício concedido na fase intermediária daquele efetivamente concedido, optou-se por apresentar o valor encontrado, embora reconhecendo que o mesmo não reflita fielmente a realidade.

Cabe, também, observar que esses benefícios são antigos, anteriores inclusive à edição da Lei de Responsabilidade Fiscal, e não comprometem as metas fiscais estabelecidas pelo Estado, uma vez que os mesmos já estão expurgados da receita estimada.

A sua projeção para os exercícios de 2003 a 2005 apenas indica a sua continuação ao longo desse período, sobretudo porque muitos deles têm prazo de vigência indeterminado e, aqueles que têm prazo determinado, estão geralmente sendo prorrogados pelo Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ.



ESTADO DE GOIÁS
LEI Nº DE DE 2002 (LDO)
ANEXO II - METAS FISCAIS

Demonstrativo do Impacto Orçamentário-Financeiro das Renúncias de Receitas

ANO	ISENÇÃO E REDUÇÃO DE BASE DE CÁLCULO			
	VALOR DA OPERAÇÃO	ALÍQUOTA MÉDIA	VALOR DO BENEFÍCIO	VARIAÇÃO
VALORES CORRENTES				
1997	4.716.141.310,00	14,24%	671.578.522,54	-
1998	6.472.136.371,00	14,17%	917.101.723,77	36,56%
1999	7.438.159.423,00	14,37%	1.068.863.509,09	16,55%
ESTIMATIVA				
2003	8.048.966.198,50	14,20%	1.142.953.200,19	6,93%
2004	8.456.243.888,14	14,20%	1.200.786.632,12	5,06%
2005	8.884.129.828,88	14,20%	1.261.546.435,70	5,06%
VALORES CONSTANTES				
1997	7.499.337.091,07	14,24%	1.067.905.601,77	-
1998	9.244.353.761,89	14,17%	1.309.924.928,06	22,66%
1999	9.339.297.700,46	14,37%	1.342.057.079,56	2,45%
ESTIMATIVA				
2003	10.106.222.149,02	14,20%	1.435.083.545,16	6,93%
2004	10.308.346.592,01	14,20%	1.463.785.216,06	2,00%
2005	10.514.513.523,85	14,20%	1.493.060.920,39	2,00%

CRÉDITO OUTORGADO

ANO	OPERAÇÃO COM ÓLEO DIESEL NA REGIÃO DO ENTORNO (RIDE)			
	VALOR DA OPERAÇÃO	ALÍQUOTA MÉDIA	VALOR DO BENEFÍCIO	VARIAÇÃO
2001	108.976.041,00	5,00%	5.448.802,05	-
ESTIMATIVA				
2003	112.245.322,23	5,00%	5.612.266,11	3,00%
2004	114.490.228,67	5,00%	5.724.511,43	2,00%
2005	116.780.033,25	5,00%	5.839.001,66	2,00%
ANO	OPERAÇÃO COM GADO NA REGIÃO DO ENTORNO (RIDE)			
	VALOR DA OPERAÇÃO	ALÍQUOTA MÉDIA	VALOR DO BENEFÍCIO	CRÉDITO
2001	10.000 (quantidade)	731,13 (pauta)	219.340,56	3,00%
ESTIMATIVA				
2003	7.530.692,56	3,00%	225.920,78	3,00%
2004	7.756.613,34	3,00%	232.698,40	3,00%
2005	7.989.311,74	3,00%	239.679,35	3,00%

ANO	OPERAÇÃO COM AUTOMOVEL E PRODUTO TEXTIL E MECENATO			
	AUTOMOVEL	PRODUTO TEXTIL	MECENATO	VARIACAO
2001	5.000.000,00	3.500.000,00	1.000.000,00	-
ESTIMATIVA				
2003	5.000.000,00	3.500.000,00	3.000.000,00	200,00%
2004	5.000.000,00	3.500.000,00	3.000.000,00	0,00%
2005	5.000.000,00	3.500.000,00	3.000.000,00	0,00%

ANO	OPERAÇÃO INTERESTADUAL NA INDUSTRIA - 3.00.00			
	VALOR DA OPERAÇÃO	ALÍQUOTA MÉDIA	VALOR DO BENEFÍCIO	VARIACAO
2001	6.834.936.950,00	2,00%	136.698.739,00	-
ESTIMATIVA				
2003	7.176.683.797,50	2,00%	143.533.675,95	5,00%
2004	7.391.984.311,43	2,00%	147.839.686,23	3,00%
2005	7.576.783.919,21	2,00%	151.535.678,38	2,50%

ANO	OPERAÇÃO INTERESTADUAL NO SETOR ATACADISTA - 4.00.00			
	VALOR DA OPERAÇÃO	ALÍQUOTA MÉDIA	VALOR DO BENEFÍCIO	VARIACAO
2001	2.816.747.009,00	3,00%	84.502.410,27	-
ESTIMATIVA				
2003	2.951.950.865,43	3,00%	88.558.525,96	4,80%
2004	3.055.269.145,72	3,00%	91.658.074,37	3,50%
2005	3.085.821.837,18	3,00%	92.574.655,12	1,00%

ANO	OPERAÇÃO INTERESTADUAL REALIZADA POR FRIGORIFICO - 3.17.22-23-24			
	VALOR DA OPERAÇÃO	ALÍQUOTA MÉDIA	VALOR DO BENEFÍCIO	VARIACAO
2001	1.195.796.342,00	9,00%	107.621.670,78	-
ESTIMATIVA				
2003	1.241.236.603,00	9,00%	111.711.294,27	3,80%
2004	1.284.679.884,10	9,00%	115.621.189,57	3,50%
2005	1.316.796.881,20	9,00%	118.511.719,31	2,50%

ANO	OPERAÇÃO INTERESTADUAL COM BEBIDAS LACTEAS - 3.17.04-05-21			
	VALOR DA OPERAÇÃO	ALÍQUOTA MÉDIA	VALOR DO BENEFÍCIO	VARIACAO
2001	852.400.255,00	3,00%	25.572.007,65	-
ESTIMATIVA				
2003	882.234.263,93	3,00%	26.467.027,92	3,50%
2004	899.878.949,20	3,00%	26.996.368,48	2,00%
2005	935.874.107,17	3,00%	28.076.223,22	4,00%

ANO	OPERAÇÃO INTERESTADUAL REALIZADA POR PROJETO AGROPECUARIO - 4.01.17			
	VALOR DA OPERAÇÃO	ALÍQUOTA MÉDIA	VALOR DO BENEFÍCIO	VARIACAO
2001	96.792.023,00	5,37%	5.197.731,64	-
ESTIMATIVA				
2003	100.179.743,81	5,37%	5.379.652,24	3,50%
2004	102.183.338,68	5,37%	5.487.245,29	2,00%
2005	103.205.172,07	5,37%	5.542.117,74	1,00%

ANO	OPERAÇÃO COM OLEO VEGETAL COMESTIVEL - 3.17.12			
	VALOR DA OPERAÇÃO	ALÍQUOTA MÉDIA	VALOR DO BENEFÍCIO	VARIACAO
2001	751.844.203,00	5,00%	37.592.210,15	-
ESTIMATIVA				
2003	774.399.529,09	5,00%	38.719.976,45	3,00%
2004	789.887.519,67	5,00%	39.494.375,98	2,00%
2005	805.685.270,07	5,00%	40.284.263,50	2,00%

ANO	OPERAÇÃO COM AREIA, SAIBRO E OUTROS PRODUTOS DE CONSTRUÇÃO - 8.02.03			
	VALOR DA OPERAÇÃO	ALÍQUOTA MÉDIA	VALOR DO BENEFÍCIO	VARIAÇÃO
2001	4.488.624,00	5,00%	224.431,20	-
ESTIMATIVA				
2003	4.623.282,72	5,00%	231.164,14	3,00%
2004	4.715.748,37	5,00%	235.787,42	2,00%
2005	4.810.063,34	5,00%	240.503,17	2,00%

ANO	OPERAÇÃO COM MEDICAMENTO HUMANO - 4.10.05			
	VALOR DA OPERAÇÃO	ALÍQUOTA MÉDIA	VALOR DO BENEFÍCIO	VARIAÇÃO
2001	137.844.487,00	4,00%	5.513.779,48	-
ESTIMATIVA				
2003	143.358.266,48	4,00%	5.734.330,66	4,00%
2004	145.078.565,68	4,00%	5.803.142,63	1,20%
2005	148.125.215,56	4,00%	5.925.008,62	2,10%

ANO	OPERAÇÃO INTERNA COM LEITE- 3.17.04-05-21			
	VALOR DA OPERAÇÃO	ALÍQUOTA MÉDIA	VALOR DO BENEFÍCIO	VARIAÇÃO
2001	156.551.433,00	1,00%	1.565.514,33	-
ESTIMATIVA				
2003	161.247.975,99	1,00%	1.612.479,76	3,00%
2004	164.472.935,51	1,00%	1.644.729,36	2,00%
2005	169.407.123,58	1,00%	1.694.071,24	3,00%

ANO	OPERAÇÃO COM FEIJAO - COM. RURAL			
	VALOR DA OPERAÇÃO	ALÍQUOTA MÉDIA	VALOR DO BENEFÍCIO	VARIAÇÃO
2001	20.882.126,21	2,00%	417.642,52	
2003	21.508.590,00	2,00%	430.171,80	
2004	21.938.761,80	2,00%	438.775,24	
2005	22.596.924,65	2,00%	451.938,49	

ANO	RESUMO DOS BENEFÍCIOS FISCAIS CONCEDIDOS			
	ISENÇÃO	CREDITO OUTORGADO	TOTAL	VARIAÇÃO
2003	1.435.083.545,16	428.216.486,04	1.863.300.031,20	-
2004	1.463.785.216,06	441.176.584,39	1.904.961.800,45	2,24%
2005	1.493.060.920,39	450.914.859,80	1.943.975.780,19	2,05%



ESTADO DE GOIÁS

LEI Nº DE DE DE 2002 (LDO)

ANEXO III - RISCOS FISCAIS

(Art. 4º, § 3º, da Lei Complementar nº 101, de maio de 2000)

A Lei de Responsabilidade Fiscal trouxe às administrações públicas em todos os níveis governamentais a necessidade da existência de um regime fiscal responsável, cuja implementação neste Estado foi realizada nos últimos anos, constituindo-se preocupação e dever da Administração Pública Estadual a manutenção deste sistema que, além da melhora nos resultados fiscais, significando maior comprometimento com o ajuste fiscal, desencadeou várias mudanças institucionais, com o objetivo não só de permitir a solvência do setor público a longo prazo, por meio da estabilização do endividamento público, mas também de aumentar a transparência fiscal.

No entanto, a existência de riscos na economia como um todo, e na Administração Pública não pode ser diferente, pode representar alterações nos indicadores fiscais esperados. As alterações desses indicadores podem ter conseqüência nas decisões futuras de política fiscal, merecendo, portanto, especial atenção por parte do gestor público. Pode-se classificar dois tipos de riscos fiscais: os que afetam o cumprimento da meta de resultado primário e os que afetam o primário requerido para a trajetória da razão dívida/PIB desejada.

Os riscos que afetam o cumprimento de determinada meta de resultado primário têm efeito sobre fluxos de receitas e despesas de forma que estes sejam diferentes das previsões contidas nas propostas de execução orçamentária, sendo denominados riscos orçamentários. Com relação aos riscos orçamentários, a Lei de Responsabilidade Fiscal, no seu art. 9º prevê que, se ao final de um bimestre a realização da receita não comportar o cumprimentos das metas de resultados estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subseqüentes, limitação de empenho e movimentação financeira. Este mecanismo permite que desvios em relação às previsões sejam corrigidos ao longo do ano de

forma a não afetar o cumprimento das metas de resultado primário. Dessa forma, os riscos orçamentários são compensados por meio da realocação e da redução de despesas.

O segundo conjunto de riscos tem impacto direto no estoque da dívida pública. O aumento desse estoque, por sua vez, deverá ser compensado por uma aceleração no processo de privatização ou por geração de resultados primários futuros maior que aqueles inicialmente estimados, de forma a manter a trajetória da razão dívida/PIB desejada. Assim, se o aumento do endividamento implicar risco para a solvência do setor público no longo prazo, haverá necessidade de maior esforço fiscal em médio prazo.

A execução orçamentária pode sofrer variações positivas ou negativas em decorrência de possíveis mudanças no cenário econômico, uma vez que qualquer alteração que se proceda na economia afeta diretamente as projeções realizadas para as receitas e para as despesas. De modo geral, as receitas podem variar mais ou menos proporcionalmente com o nível de atividade econômica, isto é, sua elasticidade em relação ao PIB pode ser maior ou menor do que um. Algumas despesas também variam em função do nível de atividade econômica. As despesas do governo que podem, também, sofrer variação em função do nível de atividade econômica são as despesas de pessoal uma vez que estão associadas a planos de carreira, a aumentos salariais ou, ainda, a decisões políticas. Finalmente, as despesas chamadas discricionárias ajustam-se, em grande medida, à política do governo e podem ter comportamento bastante distinto, dependendo dos objetivos da política fiscal e das circunstâncias econômicas.

Os riscos fiscais que, essencialmente, podem determinar o aumento do estoque da dívida pública constituem passivo contingente, derivado em sua maioria de demandas judiciais *sub judice* ou mesmo administrativas, cuja mensuração é imprecisa e de grande complexidade. Cabe registro de que, embora, as sentenças judiciais definitivas já estejam contempladas na previsão orçamentária, uma mudança significativa na forma de quitação dessas dívidas pode afetar substancialmente as metas previstas.

Dentre as ações judiciais que constituem riscos fiscais, cabe ressaltar a demanda desencadeada pelos municípios visando receber valores que foram objeto de financiamento no Programa Fomentar e pedidos de repetição de indébito tributário, principalmente no que se refere à sistemática de substituição tributária, versando os pleitos sobre a restituição do valor relativo à diferença entre a base de

cálculo utilizada para a retenção do imposto e o valor efetivo da operação realizada posteriormente, em um entendimento extraído pelos contadores da exegese do § 7º do art. 150 da Constituição Federal.

A menção a esses passivos contingentes neste Anexo tem o objetivo de conferir maior transparência fiscal à gestão pública. No entanto, é importante ressaltar que essas ações representam apenas passivos contingentes, ou seja, ainda estão em julgamento, não estando reconhecidas pelo Poder Judiciário ou pelo Estado, sendo despendido pela Administração Pública Estadual grande esforço no sentido de, defendendo a legalidade de seus atos, evitar ônus para o Erário.

Deve-se considerar também os passivos do Estado ainda não contabilizados, mas que se inserem no cronograma de reconhecimento futuro de passivos. É importante ressaltar o esforço despendido nos últimos anos para o reconhecimento de dívidas antes não contabilizadas por parte do Governo Estadual, o que significou uma maior transparência nas contas públicas. A partir de 2002 espera-se reconhecer paulatinamente passivos, especialmente os decorrentes de precatórios judiciais, até atingir o montante de R\$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais).

RISCOS FISCAIS POSSÍVEIS

ANO	FOMENTAR	PRECATÓRIOS	TOTAL
2003	48.258.686,55	80.000.000,00	128.258.686,55
2004	49.401.123,89	80.000.000,00	129.401.123,89
2005	50.291.289,91	90.000.000,00	140.291.289,91

Os passivos decorrentes de precatórios judiciais, tendo em vista a permissão constante na Lei nº 13.646, de 20 de julho de 2000, serão objeto de compensação com crédito tributário inscrito em dívida ativa.

Os passivos decorrentes do Programa FOMENTAR, caso seja julgado procedente pela Justiça, devem ser objeto de compensação com a dívida que os municípios tem para com o Estado, relativamente ao consumo de energia elétrica e fornecimento de água tratada.



ESTADO DE GOIÁS
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

LEI Nº DE DE 2002 (LDO)

ANEXO I - PROGRAMAS E AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS NO EXERCÍCIO DE 2003

SETOR	PROGRAMA		AÇÃO	
	CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	CÓDIGO	DENOMINAÇÃO
DESENVOLVIMENTO MACRO ECONÔMICO	3148	PROGRAMA GOIANO DE COMPETITIVIDADE	2363	Estudo das Cadeias Produtivas
			2364	Instalação de Câmaras Setoriais
			2435	Elaboração do Plano Estratégico de Competitividade
			2436	Gerenciamento de Projetos de Melhoria de Infraestrutura Intermodal
			2437	Redução de Tributos
			2438	Gerenciamento dos Projetos de Capacitação Profissional nos Setores de Governo
			2439	Gerenciamento de Pesquisa Tecnológica nos Setores de Atividades Econômicas
			2440	Gerenciamento de Projetos de Criação de Design dos Produtos e Serviços
			2441	Articulação da Política Econômica Estadual com a Política Macroeconômica do Governo Federal
			2846	Farol da Micro e Pequena Empresa
	3154	PROGRAMA MACRO EIXOS ESTRUTURANTES	1742	Implantação do Ramal Gasoduto Brasil - Bolívia
			1749	Desenvolvimento de Ações Macroeconômicas com Recurso de Desestatização
			2443	Gerenciamento do Programa
			8106	Duplicação de Rodovias - Trechos Br 060 (Taguatinga - Anápolis) Br 153 (Goiânia - Uberlândia)
			8107	Implantação da Interligação Norte Sul do Sistema Elétrico
			8108	Implantação Multimodal Araguaia Tocantins
			8109	Ampliação e Expansão do Aeroporto Santa Genoveva
			8110	Implantação da Ferrovia Norte - Sul
			8117	UHE - Serra do Facão
			8118	Meio Ambiente / Recursos Hídricos
			8119	Desenvolvimento Social
			8121	Telecomunicações
			8122	Informações e Conhecimento
8123	UHE - Cana Brava			
AGROPECUÁRIO	1501	PROGRAMA AGROCOMPETITIVO	1001	Distribuição de Calcário para a Pequena Produção
			1002	Planejamento Conservacionista de Microbacias
			1004	Melhoramento Genético do Rebanho Bovino
			1005	Recuperação de Pastagens
			1006	Identificação de Infra-Estrutura
			2002	Fiscalização e Acompanhamento do Setor Produtivo para Abate Precoce
			2020	Fomentar / PRODUZIR Agrícola
			2857	Programa de Desenvolvimento Agrícola e Pecuária (Emenda Sancionada)



ESTADO DE GOIÁS
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
LEI Nº DE DE 2002 (LDO)
ANEXO I - PROGRAMAS E AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS NO EXERCÍCIO DE 2003

SETOR	PROGRAMA		AÇÃO	
	CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	CÓDIGO	DENOMINAÇÃO
	1503	PROGRAMA AGROMERCADO	1007	Construção do Pólo Atacadista de Goiânia
			1008	Reforma / Ampliação para Apoio na Comercialização da Ceasa-Go
			2003	Centro de Informação de Mercado Agrícola - Teleagrociudadania
			2004	Selo de Qualidade para Produtos Agropecuários
	1504	PROGRAMA AGROPROFISSIONALIZAÇÃO	2005	Capacitação de Agentes da Agricultura do Estado de Goiás
	1505	PROGRAMA AGROASSOCIATIVO	1009	Capacitação e Motivação de Dirigentes e Associados
			1011	Organização Rural em Assentamentos
			1012	Desenvolvimento e Organização da Produção
			1013	Fortalecimento da Agricultura - Familiar Pronaf
			2860	Desenvolvimento da Agroindústria Familiar - PRO-INDÚSTRIA RURAL
	1513	PROGRAMA AGROOPORTUNIDADES	1019	Implementação de Agroindústrias Familiares e Aproveitamentos de Sub-Produtos
			1020	Integração da Atividade Agrícola e Aproveitamento de Sub-Produtos / Resíduos
			1021	Validação de Sistema de Produção para o Arroz de Sequeiro, Tipo Agulhinha para Agricultura Familiar
			1022	Plantas Medicinais, Aromáticas e Ornamentais e Outras Atividades Produtivas
			1032	Estudos de Atividades Produtivas
			1033	Levantamento Participativo dos sistemas de Produção / Atividades Produtivas
			2006	Pesquisa e Assistência Técnica de Animais Pequenos, Exóticos e Silvestres e Validação de Sistemas
			2007	Pesquisa e Assistência Técnica e Extensão Rural aos Agricultores
			2008	Desenvolvimento Sustentável da Produção de Frutículas e Oleráceas e Outras Atividades Produtivas
	1515	PROGRAMA AGROMARKETING	1027	Sistema de Difusão de Informação, Recomendação da Pesquisa e Extensão Rural
	1507	PROGRAMA AGROSSOCIAL	1010	Mecanização Educativa
			1014	Produção Comunitária de Alimentos com Distribuição de Sementes e Adubos
1015			Assistência Social nos Assentamentos Rurais	
1016			Aproveitamento Integral da Produção	
1018			Desenvolvimento Social em Comunidades Rurais e Assentamentos	
2818			Apoio Financeiro a Eventos	
1514	PROGRAMA AGROPOLOS	1023	Zoneamento Agroeconômico	
		1024	Identificação de Atividades de Exploração Sócio-Econômicas	
		1025	Capacitação de Agentes Envolvidos em Estudos das Cadeias Produtivas Regionais	
		1026	Comunidade, Estudos de Cadeias Produtivas e Exploração Sócio-Econômica	



ESTADO DE GOIÁS
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
LEI Nº DE DE 2002 (LDO)
ANEXO I - PROGRAMAS E AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS NO EXERCÍCIO DE 2003

SETOR	PROGRAMA		AÇÃO	
	CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	CÓDIGO	DENOMINAÇÃO
	1525	PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL	2001	Assistência, Orientação Técnica e Gerencial aos Produtores Rurais
	1526	PROGRAMA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA	1003	Instalação, Ampliação e Manutenção do Centro de Treinamento e das Unidades de Pesquisa
	1520	PROGRAMA DE DEFESA SANITÁRIA E INSPEÇÃO ANIMAL E VEGETAL	2010	Controle de Pragas e Doenças dos Vegetais
			2013	Combate à Praga e Doença dos Animais
			2014	Combate à Brucelose
			2015	Combate à Raiva dos Herbívoros, Botulismo e Clostridioses
			2016	Combate às Doenças Parasitárias
			2017	Combate à Anemia Infecciosa Equina, Tuberculose Bovina, Doença de Newcastle das Aves e Peste Suína Clássica
			2018	Rastreabilidade dos Bovinos
			2858	Inspeção de Produtos de Origem Animal e Vegetal
	2859	Classificação de Produtos de Origem Vegetal		
	1522	PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	1028	Regularização Fundiária
	1523	PROGRAMA AGROVILAS	1029	Implantação de Agrovilas
	1524	PROGRAMA SÍTIO HISTÓRICO DO KALUNGA	1030	Desenvolvimento Produtivo do Sítio Histórico do Kalunga
			1031	Implantação do Sítio Histórico e Patrimônio Cultural do Kalunga
	1751	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DE ÁREAS ESPECIAIS DE IRRIGAÇÃO	1351	Projeto de Irrigação Luís Alves do Araguaia
			1352	Estudo de Viabilidade das Bacias Hidrográficas para Irrigação
1753			Implantação de Pequenas Barragens no Estado de Goiás (Emenda Sancionada)	
INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS	1541	PROGRAMA DE APOIO E DESENVOLVIMENTO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	2371	Incentivo ao Desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas
			2372	Qualificação Gerencial e da Mão-de-Obra na Indústria e Comércio
			2373	Orientação e Divulgação das Políticas de Crédito
			2783	Qualificação Gerencial e de Mão-de-Obra na Mineração
			2784	Qualificação Gerencial e de Mão-de-Obra na Agropecuária
			2785	Qualificação Gerencial e de Mão-de-Obra no Turismo
			2825	Concessão de Garantia e Financiamento para Micro e Pequenas Empresas



ESTADO DE GOIÁS
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
LEI Nº DE DE 2002 (LDO)
ANEXO I - PROGRAMAS E AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS NO EXERCÍCIO DE 2003

SETOR	PROGRAMA		AÇÃO	
	CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	CÓDIGO	DENOMINAÇÃO
	1546	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO ESTADO DE GOIÁS - PRODUZIR	2107	Atração e Captação de Indústrias / Incentivos Fiscais
			2805	Micro-Produzir
	1544	PROGRAMA DE ATRAÇÃO E PROMOÇÃO INDUSTRIAL	2105	Divulgação / Promoção Industrial
			2129	Registro de Marcas e Patentes
			2786	Qualificação de Fornecedores - PQF
			2833	Apoio e Incremento do Desenvolvimento Industrial do Estado de Goiás
	1548	PROGRAMA DE ÁREAS PÓLOS E DISTRITOS INDUSTRIAIS	1102	Implantação de Infra-Estrutura nos Distritos Agroindustriais
			1103	Implantação / Implementação de Pólos Industriais
			2109	Apoio a Micro e Pequenas Indústrias
	1551	PROGRAMA FÁCIL	1104	Implantação do Fácil
			1762	Construção e Ampliação de Próprios Públicos
	1545	PROGRAMA DE PROMOÇÃO COMERCIAL	1101	Implantação de Centros de Comercialização em Regiões Estratégicas
			2106	Estímulo à Realização e Participação em Feiras, Exposições e Eventos
	1542	PROGRAMA DE INCENTIVO À EXPORTAÇÃO	2102	Capacitação Empresarial
			2103	Promoção do Comércio Exterior
MINERAÇÃO	1621	PROGRAMA DE FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO MINERAL	2151	Levantamento Básico do Setor Mineral
			2152	Implantação do GDEO - Centro de Dados Geológico
			2153	Pesquisas Tecnológicas
			2156	Acompanhamento das Atividades do Setor Mineral
			2157	Fiscalização do Setor Mineral
			2832	Apoio e Incremento do Desenvolvimento Mineral do Estado de Goiás
			2841	Diagnóstico Hidrogeológico do Estado
			2842	Levantamentos Temáticos do Meio Físico
	1628	PROGRAMA DE GEOLOGIA, PESQUISA E TECNOLOGIA MINERAL	2160	Pesquisa Mineral
			2161	Produção Mineral
	1622	PROGRAMA PEDRAS GOIANAS E ARTESANATO MINERAL	1141	Criação de Incubadoras Tecnológicas
			1142	Instalação de Laboratórios de Gemologia - Anápolis e Goiânia
			2154	Qualificação de Mão-de-Obra em Municípios Produtores
			2843	Implantação e Manutenção de Museus
			2844	Roteiro Histórico da Mineração de Goiás



ESTADO DE GOIÁS
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
LEI Nº DE DE 2002 (LDO)
ANEXO I - PROGRAMAS E AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS NO EXERCÍCIO DE 2003

SETOR	PROGRAMA		AÇÃO	
	CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	CÓDIGO	DENOMINAÇÃO
	1836	PROGRAMA PÓLOS GRANITEIROS	2776	Projeto Rochas Ornamentais
			2777	Implantação de Pólos Graniterios de Goiás
TURISMO	1830	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO PÓLO TURÍSTICO DA REGIÃO DE CALDAS NOVAS	1680	Inventário da Oferta Turística na Região de Caldas Novas
			1682	Oficina de Turismo na Região de Caldas Novas
			1728	Infra-Estrutura Econômica e Social na Região de Caldas Novas
			2720	Fomento e Apoio Turístico na Região de Caldas Novas
			2722	Bolsa de Negócios Turísticos na Região de Caldas Novas
			2723	Capacitação em Turismo na Região de Caldas Novas
	1831	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO PÓLO TURÍSTICO DE GOIÂNIA	1684	Inventário da Oferta Turística em Goiânia
			1686	Oficina em Turismo em Goiânia
			1688	Equipamentos e Estruturação para Implantação da AGETUR
			1729	Infra-Estrutura Econômica e Social em Goiânia
			2729	Fomento e Apoio Turístico em Goiânia
			2732	Bolsa de Negócios Turísticos em Goiânia
			2733	Capacitação em Turismo em Goiânia
			2739	Reforma, Manutenção e Ampliação do Centro de Cultura e Convenções em Goiânia
	1832	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO NAS CIDADES HISTÓRICAS	1689	Inventário da Oferta Turística nas Cidades Históricas
			1691	Oficina de Turismo nas Cidades Históricas
			1730	Infra-Estrutura Econômica e Social nas Cidades Históricas
			2740	Fomento e Apoio Turístico nas Cidades Históricas
			2742	Bolsa de Negócios Turísticos nas Cidades Históricas
			2743	Capacitação em Turismo nas Cidades Históricas
	1833	PROGRAMA DE INFRA-ESTRUTURA TURÍSTICA NA REGIÃO DOS LAGOS	1693	Inventário na Oferta Turística na Região dos Lagos
			1695	Oficinas de Turismo na Região dos Lagos
			1731	Infra-Estrutura Econômica e Social na Região dos Lagos
			2749	Fomento e Apoio Turístico na Região dos Lagos
			2751	Bolsa de Negócios Turísticos na Região dos Lagos
			2752	Capacitação em Turismo na Região dos Lagos
	1834	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO NO VALE DO ARAGUAIA	1696	Inventário na Oferta Turística no Vale do Araguaia
1698			Oficinas de Turismo no Vale do Araguaia	
1732			Infra-Estrutura Econômica e Social no Vale do Araguaia	
2758			Fomento e Apoio Turístico no Vale do Araguaia	
2760			Bolsa de Negócios Turísticos no Vale do Araguaia	
2761			Capacitação em Turismo no Vale do Araguaia	



ESTADO DE GOIÁS
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
LEI Nº DE DE 2002 (LDO)
ANEXO I - PROGRAMAS E AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS NO EXERCÍCIO DE 2003

SETOR	PROGRAMA		AÇÃO	
	CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	CÓDIGO	DENOMINAÇÃO
	1835	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DE MUNICÍPIOS COM POTENCIAL TURÍSTICO	1699	Inventário na Oferta Turística em Município com Potencial Turístico
			1701	Oficinas de Turismo em Município com Potencial Turístico
			1733	Infra-Estrutura Econômica e Social em Município com Potencial Turístico
			2767	Fomento e Apoio Turístico em Município com Potencial Turístico
			2769	Bolsa de Negócios Turísticos em Município com Potencial Turístico
			2770	Capacitação em Turismo em Município com Potencial Turístico
INFRA-ESTRUTURA ECONÔMICA	1592	PROGRAMA GOIÁS PAVIMENTADO	1134	Elaboração de Estudos e Projetos
			1135	Pavimentação, Obras de Arte Especiais e Reabilitação da Malha Rodoviária
			1136	Pavimentação de Acessos e Obras Complementares
			1756	Construção e Melhoramento da Malha Rodoviária Estadual
			1768	Pavimentação de Acessos e Obras Complementares (Emenda Sancionada)
			2814	Planejamento e Otimização da Infra-Estrutura de Transporte Rodoviário
	1593	PROGRAMA CONSERVAÇÃO E SEGURANÇA DA MALHA	2132	Conservação, Manutenção, Sinalização e Fiscalização da Malha Rodoviária
			2133	Fiscalização de Rodovias
	1585	PROGRAMA ESTRADA NOVA	1123	Abertura de Novas Estradas Vicinais
			2812	Manutenção de Estradas Vicinais
	1586	PROGRAMA ASFALTO NOVO	1124	Asfalto Novo
			1125	Malha Rodoviária Municipal
			1740	Obras de Infra-Estrutura Urbana em Caturai (Emenda Sancionada)
			1754	Asfalto Novo para Município de Nazário
	1582	PROGRAMA DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS	2131	Otimização do Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros
	1583	PROGRAMA AEROPORTUÁRIO	1121	Implantação, Melhoria e Conservação dos Aeródromos do Estado
	1845	PROGRAMA DE MELHORAMENTO E GERENCIAMENTO DA MALHA RODOVIÁRIA ESTADUAL (BIRD)	1757	Pavimentação de Rodovias e Outras Obras Complementares (BIRD)
			1758	Reabilitação de Rodovias
			1759	Fortalecimento Institucional da AGETOP (BIRD)
			1760	Gerenciamento Ambiental (BIRD)
			1761	Reforma do Estado (BIRD)
	2834	Estudo da Rede Multimodal de Transporte de Cargas		



ESTADO DE GOIÁS
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
LEI Nº DE DE 2002 (LDO)
ANEXO I - PROGRAMAS E AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS NO EXERCÍCIO DE 2003

SETOR	PROGRAMA		AÇÃO	
	CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	CÓDIGO	DENOMINAÇÃO
	1627	PROGRAMA NOVA MATRIZ ENERGÉTICA	2158	Balanco Energético
			2159	Estudos de Novas Fontes de Energia
			2851	Ampliação do Parque Gerador de Energia
	1841	PROGRAMA LUZ PARA GOIÁS	1704	Construção de Alimentadores e Linhas de Distribuição de Média Tensão
			1705	Ampliação da Capacidade de Transformação para Baixa Tensão
			1706	Construção de Desmembramentos de Redes de Baixa Tensão
			1707	Construção de Linhas de Transmissão de 230, 138, 69 e 34,5 kv
			1708	Instalação de Transformadores de Transmissão
			1709	Implantação de Pequenas Centrais Hidrelétricas no Estado
			1710	Implantação de Centrais Termoelétricas
			1711	Conservação de Energia
			1712	Sistema de Transmissão de Dados e Voz por Fibra Ótica
			1743	Desenvolvimento de Ações na Área de energia
			2779	Medição para Faturamento
	2780	Regulação de Tensão e Religamento Automático de Redes		
	1623	PROGRAMA LUZ NO CAMPO	1145	Instalação de Sistemas Fotovoltáico em Comunidades Isoladas
			1169	Constução de Rede de Distribuição Rural
			1170	Constução de Alimentadores Rurais
			2180	Regularização de Tensão e Religamento Automático da Rede
	1625	PROGRAMA TELECOMUNICAÇÕES PARA TODOS	1148	Implantação e Melhoria de Sistema de Telecomunicações
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	1721	PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO E EXTENSÃO TECNOLÓGICA -CPC	1291	Construção e Implantação de Centros de Profissionalização e Capacitação Tecnológica -CPC
			2321	Capacitação e Difusão Tecnológica
	1722	PROGRAMA GOIÁS NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO - INFOVIAS	1292	Implantação de Infovias
			2322	Cadastramento e Difusão de Informações em Ciência e Tecnologia
	1723	PROGRAMA SISTEMA METEOROLÓGICO DE GOIÁS - SIMEGO	2323	Levantamento e Tratamento de Informações Hidrometeorológicas
	1724	PROGRAMA DE FOMENTO À PESQUISA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA	1293	Fomento a Instalação de Centros Tecnológicos
			2324	Apoio a Pesquisa
			2325	Fomento a Capacitação de Recursos Humanos



ESTADO DE GOIÁS
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
LEI Nº DE DE 2002 (LDO)
ANEXO I - PROGRAMAS E AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS NO EXERCÍCIO DE 2003

SETOR	PROGRAMA		AÇÃO	
	CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	CÓDIGO	DENOMINAÇÃO
EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	1741	PROGRAMA BOLSA UNIVERSITÁRIA	2356	Financiamento de Estudo do Terceiro Grau - Bolsa Universitária
			2828	Concessão de Bolsas Universitárias
	1641	PROGRAMA GARANTIA DE PADRÕES BÁSICOS PARA FUNCIONAMENTO ESCOLAR	1174	Construção, Ampliação, Reforma, Laboratórios e Escolas de Ensino Fundamental / Especial
			1175	Construção, Ampliação, Reforma e Manutenção de Próprios Públicos na Área da Educação
			1176	Desenvolvimento do Programa Acordo MEC / BIRD - FUNDESCOLA
			1177	Construção, Ampliação, Reforma e Manutenção de Próprios Públicos do Ensino Médio / Profissional / Jovens / Adultos
			1178	Construção de Centro de Educação Profissionalizante, Capacitação / Adequação do Órgão Gestor / Ensino Profissional
			1179	Construção de Centros de Referência / Ensino Especial
			1182	Equipamento e Reequipamento de Prédios do Ensino Fundamental e Especial
			1183	Equipamento e Reequipamento de Unidades Escolares do Ensino Fundamental - FUNDESCOLA
			1184	Equipamento e Reequipamento de Prédios de Ensino Médio / Profissional / Jovens e Adultos
			1738	Construção, Ampliação, Reforma e Manutenção de Próprios Públicos na Área da Educação (Emendas Sancionadas)
	1741	Aquisição e Distribuição de Kit's de Informática às Escolas Estaduais e Municipais (Emendas Sancionadas)		
	1642	PROGRAMA DE ACESSO, PERMANÊNCIA E SUCESSO DO ALUNO NA ESCOLA - ACELERA GOIÁS	1172	Fortalecimento de Livros Didáticos aos Alunos do Ensino Fundamental
				Educação nos Assentamentos Rurais
			2182	Aceleração de Aprendizagem
			2183	Educação para Diversidade numa Perspectiva Inclusiva / Ensino Especial
			2184	Fornecimento de Merenda Escolar aos Alunos do Ensino Fundamental
			2185	Transporte de Alunos da Zona Rural de Ensino Fundamental
			2220	Alfabetização para Todos
	1643	PROGRAMA SALÁRIO ESCOLA	1171	Salário Escola
	3300	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO E VALORIZAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO	1734	Melhoria da Qualidade da Educação Básica da Gestão do Ensino Educacional (Organismos Internacionais)
			2194	Capacitação de Recursos Humanos do Ensino Fundamental / Especial
			2195	Capacitação de Gestores, Professores, Técnicos / Congressos, Ciclo de Estudos e Encontros / Ensino Especial
			2196	Capacitação de Recursos Humanos do Ensino Médio, Profissional, Jovens e Adultos
			2197	Reestruturação do Plano de Cargos de Carreira
	3301	PROGRAMA DE AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DO SISTEMA DE ENSINO	1188	Implantação e Implementação do Sistema de Avaliação e Monitoramento



ESTADO DE GOIÁS
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
LEI Nº DE DE 2002 (LDO)
ANEXO I - PROGRAMAS E AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS NO EXERCÍCIO DE 2003

SETOR	PROGRAMA		AÇÃO	
	CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	CÓDIGO	DENOMINAÇÃO
	3302	PROGRAMA DESCENTRALIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO COMPARTILHADA	1186	Implantar e Implementar Regime de Cooperação Educacional entre o Estado e os Municípios (Parcerias)
			1189	Implementação de Sistemática de Autonomia da Unidade Escolar / Ensino Fundamental
			1190	Transferência de Recursos Financeiros as Escolas de Ensino Fundamental
			2199	Descentralização em Bases Modernas e Democráticas / Ensino Fundamental
			2200	Descentralização em Bases Modernas e Democráticas / Ensino Especial
			2201	Transferência de Recursos Financeiros as Unidades de Ensino Médio / Profissional / Jovens e Adultos
			2202	Descentralização em Bases Modernas e Democráticas / Ensino Profissional
	3304	PROGRAMA GESTÃO DO SISTEMA DE ENSINO	1185	Apoio as Inovações Educacionais e ao Protagonismo dos Docentes - PAIE
			1187	Realização de Micro-Planejamento Educacional
			2187	Fortalecimento das Atividades Técnicas / Pedagógicas e Administrativas do Ensino Fundamental / Especial
			2188	Fortalecimento das Atividades Técnicas / Pedagógicas e Administrativas do Ensino Fundamental - FUNDESCOLA
			2189	Fortalecimento das Atividades Técnicas / Pedagógicas e Administrativas do Ensino Especial
			2190	Fortalecimento das Atividades Técnicas / Pedagógicas e Administrativas da Área Central / Descentralização
			2192	Fortalecimento das Atividades Técnicas / Pedagógicas e Administrativas do Ensino Médio / Profissionalizante / Jovens e Adultos
			2203	Implantação, Implementação do Sistema Integrado de Informações Gerenciais
	2204	Modernização dos Mecanismos de Gerenciamento da Educação		
	1658	PROGRAMA UNIVERSIDADE PARTICIPATIVA	1181	Implantação de Novas Faculdades no Interior do Estado
			1747	Desenvolvimento de Ações no Ensino Superior e Recursos de Desestatização
			1766	Implantação, Construção, Ampliação e Reforma de Unidades da UEG no Interior de Goiás (Emendas Sancionadas)
			2211	Pesquisa Científica Aplicada Fundamental
			2212	Pós-Graduação Lato Sensu e Strictu Sensu
			2213	Assistência Sócio-Cultural
	1661	PROGRAMA DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO	1191	Construções, Reformas e Restaurações de Imóveis
			2221	Preservação do Patrimônio Histórico e Artístico



ESTADO DE GOIÁS
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
LEI Nº DE DE 2002 (LDO)
ANEXO I - PROGRAMAS E AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS NO EXERCÍCIO DE 2003

SETOR	PROGRAMA		AÇÃO		
	CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	
	1664	PROGRAMA DE APOIO E PROMOÇÃO À CULTURA	2222	Apoio ao Artesanato e Folclore	
			2223	Promoção das Artes Cênicas	
			2224	Promoção da Literatura	
			2225	Incentivo às Artes Visuais	
			2226	Incentivo à Arte Audio Visual	
			2227	Promoção da Música Goiana	
			2810	Ações de Apoio ao Fórum Goiano sobre Cultura a Ser Realizado pelo CENART (Emenda Sancionada)	
			2823	Apoio ao Conselho Estadual de Cultura	
			2837	Ações de Apoio ao Fórum Goiano sobre Cultura	
	1669	PROGRAMA GOIÁS POTÊNCIA ESPORTIVA	1203	Treinamento de Recursos Humanos	
			1204	Construção de Instalações Esportivas	
			2234	Promoção de Eventos de Rendimento	
			2235	Apoio ao Desporto Goiano	
			2822	Jogos Abertos de Goiás	
			2845	Fomento ao Desporto e Lazer	
	1668	PROGRAMA TEMPO E LAZER	1202	Promoção de Lazer a Comunidade Goiana	
	1667	PROGRAMA COMUNIDADE ESPORTIVA	1201	Produção de Material Esportivo	
			1205	Desenvolvimento de Pesquisa Aplicada ao Desporto	
			2231	Promoção de Eventos	
			2232	Realização de Atividades Físicas Contínuas	
			2233	Aprendizagem Esportiva	
	SAÚDE	1671	PROGRAMA URGÊNCIA E EMERGÊNCIA DE SAÚDE	1211	Implantação do Sistema Integrado de Atendimento ao Trauma e Emergência - SIATE
				2241	Operacionalização do Sistema Integrado de Atendimento ao Trauma e Emergência
1672		PROGRAMA KIT'S SANITÁRIOS-TEMPO DE SANEAR	1212	Implantação dos Kit's Sanitários	
			1213	Levantamento Sanitário para Diagnóstico das Parasitoses Intestinais	
1673		PROGRAMA DE OTIMIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE	1214	Humanização da Atenção à Gestante e Nascimento	
			1215	Implantação da Central de Atendimento de Saúde	
			1223	Construção, Ampliação, Reforma e Manutenção de Próprios Públicos na Área de Saúde	
			1739	Construção, Ampliação, Reforma da Rede Física no Setor Saúde (Emendas Sancionadas)	
			2242	Operacionalização das Ações e Serviços de Saúde	
2856		Manutenção e Aparelhamento na Área da Saúde (Emendas Sancionadas)			



ESTADO DE GOIÁS
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
LEI Nº DE DE 2002 (LDO)
ANEXO I - PROGRAMAS E AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS NO EXERCÍCIO DE 2003

SETOR	PROGRAMA		AÇÃO		
	CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	
	1674	PROGRAMA ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE	1216	Implantação de Centros de Testagem Anônimas CTA / AIDS	
			1217	Implantação de Núcleos Especiais de Saúde	
			1218	Implantação de Núcleos de Referência em Atendimento Psicossocial	
			1219	Implantação de Núcleos de Reabilitação para Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais	
			2243	Atendimento Odontológico Preventivo / Recuperador Básico	
			2244	Fortalecimento da Vigilância Epidemiológica e Ambiental no Estado	
			2248	Agentes Comunitários de Saúde	
			2249	Equipe Saúde da Família	
	1675	PROGRAMA VIGILÂNCIA SANITÁRIA	1220	Implantação do Sistema de Informações em Vigilância Sanitária - SIVISA	
			2245	Fiscalização Sanitária	
			2817	Fortalecimento das Ações de Vigilância Sanitária no Estado	
	1676	PROGRAMA AMBULATÓRIO 24 HORAS DE ALTA RESOLUTIVIDADE	1221	Implantação do Ambulatório 24 Horas	
			2246	Operacionalização dos Ambulatórios 24 Horas	
	1677	PROGRAMA ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA	1222	Modernização das Farmácias Regionais	
			2247	Distribuição de Medicamentos e Correlatos / Cesta Básica	
	1688	PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA AOS RADIOACIDENTADOS	2261	Pesquisa e Educação na Área de Radioacidentados	
			2262	Exames e Análises Clínicas e Citogenética	
			2263	Assistência Médica e Odontológica aos Radioacidentados	
			2264	Assistência Psicológica e Social aos Radioacidentados	
	1689	PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA LINHA DE PRODUÇÃO DE MEDICAMENTOS	1241	Ampliação de Estrutura Física de Produção de Sólidos	
			1242	Equipar Outros Setores das Empresas para Produção de Medicamentos	
	SEGURANÇA E JUSTIÇA	1727	PROGRAMA GOIÁS CIDADANIA CONTRA O CRIME E A IMPUNIDADE	2329	Repressão Máxima ao Crime e aos Criminosos
				2330	Policamento Preventivo 24 Horas
				2331	Goiás Cidadania na Segurança - Participação na Sociedade
2332				Amparo e Proteção Especial às Testemunhas	
2355				Prevenção ao Uso de Drogas - Multiplicadores Treinados	
1748				Reaparelhamento do Setor de Segurança Pública e Justiça e Recursos de Desestatização	
2826				Escola sem Droga	
2827		Aquisição de Móveis e Equipamentos para os Distritos e Delegacias e de Polícias (Emenda Sancionada)			
1729		PROGRAMA INTEGRAÇÃO DAS POLÍCIAS	2334	Implantação e Funcionamento de Centros Integrados de Operações Policiais - CIOPS	
			2335	Sistema Integrado de Inteligência, Comunicação e Processamento de Dados	
			2336	Implantação e Funcionamento Integrado das Corregedorias	
	2337		Formação, Aperfeiçoamento e Reciclagem Unificada dos Policiais		



ESTADO DE GOIÁS
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
LEI Nº DE DE 2002 (LDO)
ANEXO I - PROGRAMAS E AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS NO EXERCÍCIO DE 2003

SETOR	PROGRAMA		AÇÃO		
	CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	
	1730	PROGRAMA DE SEGURANÇA E HUMANIZAÇÃO DO SISTEMA PRISIONAL	1297	Ampliação, Descentralização e Melhoria do Sistema Prisional	
			2338	Apoio ao Cumprimento das Penas Alternativas e Reintegração Social dos Egressos	
			2344	Desenvolvimento, Manutenção e Apoio das Atividades da Agência Goiana do Sistema Prisional	
	1728	PROGRAMA DE PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR	2333	Proteção e Defesa dos Direitos do Consumidor	
	1732	PROGRAMA TRÂNSITO SEGURO - PRESERVAÇÃO DA VIDA	2341	Apoio a Execução de Sinalização e Fiscalização de Trânsito	
			2342	Campanha de Educação de Trânsito em Parcerias com as Escolas Públicas e Entidades Privadas	
	1733	PROGRAMA DETRAN DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO	2343	Ampliação, Descentralização e Melhoria dos Sistemas e Procedimentos de Atendimento	
	1731	PROGRAMA DE PRONTO ATENDIMENTO, SALVAMENTO E COMBATE A INCÊNDIO	2339	Prevenção, Salvamento e Combate a Incêndios	
			2340	Operações e Defesa Civil	
			2831	Aquisição de Equipamentos para o Primeiro Grupamento de Incêndio de Goiânia (Emenda Sancionada)	
	ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL	1712	PROGRAMA RENDA CIDADÃ	1281	Reforma dos Núcleos de Apoio à Comunidade - NAC's
				2811	Auxílio Financeiro às Famílias Carente - Renda Cidadã
				2301	Distribuição de Leite e Pão para Crianças de 0 a 6 Anos
2302				Isenção de Energia Elétrica, Água e Esgoto	
2303				Integração Comunitária	
2304				Assistência Social às Famílias Carentes	
2829				Renda Cidadã (Emenda Sancionada)	
1710		PROGRAMA DE APOIO A PESSOA IDOSA	2296	Assistência Social à Pessoa Idosa	
			2297	Capacitação de Recursos Humanos	
			2799	Saúde Especial para a Pessoa Idosa	
			2800	Geração de Emprego e Renda para a Pessoa Idosa	
			2801	Esporte e Lazer para a Pessoa Idosa	
1715		PROGRAMA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	1283	Construção e Equipamentos de Abrigo	
	1284		Implementação de Projeto SIPIA - Sistema de Informação para a Infância e Adolescente		
	1285		Implantação e Reaparelhamento de Conselhos		
	2298		Isenção de Energia Elétrica, Água e Esgoto às Creches e Entidades Filantrópicas		
	2309		Assistência à Rede Descentralizada de Proteção Social de Crianças e Adolescentes		
	2310		Manutenção de Programas e Unidades de Atendimento às Crianças e Adolescentes		
	2311		Capacitação de Conselheiros		
	2312		Campanhas e Eventos Educativos		
2807	Amparo à Criança e ao Adolescente				



ESTADO DE GOIÁS
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
LEI Nº DE DE 2002 (LDO)
ANEXO I - PROGRAMAS E AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS NO EXERCÍCIO DE 2003

SETOR	PROGRAMA		AÇÃO	
	CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	CÓDIGO	DENOMINAÇÃO
	1714	PROGRAMA DE REINTEGRAÇÃO SOCIAL DO ADOLESCENTE INFRATOR	1282	Construção, Ampliação e Equipamento de Unidades Regionalizadas de Internação e Semi-Liberdade
			2307	Manutenção das Unidades e Serviços de Atendimento ao Adolescente Infrator
			2308	Capacitação dos Agentes Envolvidos nos Programas de Reintegração Social dos Adolescentes
	1717	PROGRAMA ESTADUAL DE APOIO AO DEFICIENTE	1286	Implantação de Centros Regionais de Reabilitação e Oficinas Educacionais para Pessoas com Deficiência
			1287	Realização de Pesquisa sobre o Perfil das Pessoas com Deficiência em Goiás
			2313	Manutenção de Serviços e Unidades de Atendimento às Pessoas com Deficiência
			2806	Amparo ao Deficiente
			2802	Geração de Emprego e Renda para o Deficiente
			2803	Saúde para o Deficiente
	2804	Esporte e Lazer para o Deficiente		
	1743	PROGRAMA DA MULHER	2357	Coordenação de Implementação das Políticas Públicas de Atenção a Mulher
	1742	PROGRAMA DA JUVENTUDE	2358	Coordenação da Implementação das Políticas Públicas de Atenção à Juventude
	1718	PROGRAMA DE APERFEIÇOAMENTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS AOS USUÁRIOS DO IPASGO	1289	Informatização Total do IPASGO
			2314	Assistência Médica, Odontológica e Laboratorial aos Usuários e Centro de Diagnóstico e Triagem
2315			Manutenção do Sistema de Informática	
1844	PROGRAMA PRIMEIRO TRABALHO	2824	Primeiro Trabalho - Bolsa Estágio	
GERAÇÃO DE RENDA E TRABALHO	1750	PROGRAMA BANCO DO POVO	1353	Implantação das Agências de Crédito nos Municípios
			2432	Operacionalização e Assistência Financeira ao Banco do Povo nos Municípios
			2433	Capacitação, Treinamento e Reciclagem de Agentes de Crédito
			2434	Capacitação e Orientação dos Empreendedores Financiados
	1708	PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL E ORIENTAÇÃO PARA EMPREGO E RENDA / PRO-AVANÇAR	2305	Qualificação e Requalificação de Trabalhadores
			2293	Orientação e Visitas Técnicas para Obtenção de Crédito do PROGER
			2294	Congressos Regionais para Geração de Emprego e Renda
			2306	Capacitação de Conselheiros Municipais
	1707	PROGRAMA DE INTERMEDIÇÃO DE MÃO-DE-OBRA E ATENDIMENTO AO SEGURO DESEMPREGO	2291	Intermediação de Mão-de-Obra
			2292	Seguro-Desemprego
			2293	Orientação e Visitas Técnicas para Obtenção de Crédito do Projeto
	1709	PROGRAMA DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO	2295	Orientação para Prevenção de Acidente de Trabalho e Doenças Profissionais



ESTADO DE GOIÁS
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

LEI Nº DE DE 2002 (LDO)

ANEXO I - PROGRAMAS E AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS NO EXERCÍCIO DE 2003

SETOR	PROGRAMA		AÇÃO	
	CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	CÓDIGO	DENOMINAÇÃO
TRANSPORTE COLETIVO	1594	PROGRAMA DE OTIMIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO	1127	Projeto Técnico do Plano Diretor de Transporte Urbano
			1128	Pesquisa de Origem e Destino
			1129	Corredores Estruturais: Av. Mutirão / Castelo Branco, Av. T-9, T-7, Av.85, Eixos Norte/Sul e Leste/Oeste
			1130	Anel Central de Goiânia
			2134	Controle da Qualidade dos Serviços de Transporte Urbano no SIT-AGLURB
			2135	Melhoria dos Serviços de Transporte Ofertado ao Usuário
			8103	Segurança ao Usuário
			8104	Construção de Abrigos de Pontos de Parada, Mod. "A" e "B"
			8105	Comunicação Visual no SIT-AGLURB- Projeto Técnico e Implantação da Comunicação Visual
DESENVOLVIMENTO REGIONAL	1746	PROGRAMA DA REGIÃO METROPOLITANA DE GOIÂNIA - METRÓPOLE CIDADÃ	1309	Infra-Estrutura de Energia para a Região Metropolitana de Goiânia
			1310	Infra-Estrutura de Transporte para a Região Metropolitana de Goiânia
			1311	Infra-Estrutura Urbana para a Região Metropolitana de Goiânia
			1312	Desenvolvimento Industrial para a Região Metropolitana de Goiânia
			1313	Habitação para a Região Metropolitana de Goiânia
			1736	Desenvolvimento de Ações para a Região Metropolitana de Goiânia
			1750	Construção do Lago de Bela Vista e Recursos de Desestatização
			1751	Projeto Teleporto Parque Serrinha
			1765	Construção do Metrô de Goiânia
			2393	Coordenação dos Projetos Setoriais para a Região Metropolitana de Goiânia
			2394	Incremento da Atividade Turística para a Região Metropolitana de Goiânia
			2395	Preservação e Conservação Ambiental para a Região Metropolitana de Goiânia
			2396	Desenvolvimento da Agricultura e do Agronegócio para a Região Metropolitana de Goiânia
			2397	Educação para a Região Metropolitana de Goiânia
			2398	Saúde para a Região Metropolitana de Goiânia
			2399	Segurança Pública para a Região Metropolitana de Goiânia
			2400	Estímulo a Cultura para a Região Metropolitana de Goiânia
			2401	Desenvolvimento Institucional para a Região Metropolitana de Goiânia
			2402	Promoção e Assistência Social para a Região Metropolitana de Goiânia
			2403	Ciência e Tecnologia para a Região Metropolitana de Goiânia
2850	Gerenciamento e Desenvolvimento de Ações na Região Metropolitana de Goiânia			



ESTADO DE GOIÁS
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

LEI Nº DE DE 2002 (LDO)

ANEXO I - PROGRAMAS E AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS NO EXERCÍCIO DE 2003

SETOR	PROGRAMA		AÇÃO	
	CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	CÓDIGO	DENOMINAÇÃO
	1748	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO NORDESTE GOIANO - NORDESTE NOVO	1324	Regularização Fundiária no Nordeste Goiano
			1325	Projeto Irrigação de Flores de Goiás e Bloco Corrente no Nordeste Goiano
			1326	PRONAF - Programa Nacional de Apoio a Agricultura Familiar para o Nordeste Goiano
			1327	Projeto Lavouras Comunitárias no Nordeste Goiano
			1328	Projeto de Agroextrativismo no Nordeste Goiano
			1329	Criação de CPC - Centro de Profissionalização e Capacitação no Nordeste Goiano
			1330	Implantação e Melhoria de Rodovias no Nordeste Goiano
			1331	Pavimentação de Rodovias no Nordeste Goiano
			1332	Conclusão de Aeroportos no Nordeste Goiano
			1333	Infovias no Nordeste Goiano
			1334	Unidade de Pesquisa Agropecuária e Sanidade Animal para o Nordeste Goiano
			1335	Construção de Usinas Hidrelétricas no Nordeste Goiano
			1336	Instalação de Subestações, Linhas de Transmissão e Distribuição no Nordeste Goiano
			1337	Eletrificação Rural no Nordeste Goiano
			1338	Ambulatórios 24 Horas de Alta Resolutividade para o Nordeste Goiano
			1339	Distribuição de Kit's Sanitários no Nordeste Goiano
			1340	Salário- Escola para o Nordeste Goiano
			1341	Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água no Nordeste Goiano
			1342	Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário no Nordeste Goiano
			1343	Perfuração de Poços Artesianos no Nordeste Goiano
			1344	Construção de Casas Populares no Nordeste Goiano
			1345	Kit Reforma para o Nordeste Goiano
			1346	Banco do Povo no Nordeste Goiano
			1347	Escritórios da Agência Goiana de Emprego para o Nordeste Goiano
			1348	Reaparelhamento do Sistema de Segurança Pública no Nordeste Goiano
			1727	Desenvolvimento de Ações na Região do Nordeste Goiano
			2421	Destinação de Patrulha Mecanizada Agrícola para o Nordeste Goiano
			2422	Campanha de Marketing para Divulgação do Turismo no Nordeste Goiano
			2423	Cesta Básica de Medicamentos para o Nordeste Goiano
			2424	Agentes Comunitários de Saúde no Nordeste Goiano
			2425	Saúde da Família no Nordeste Goiano
			2426	Aceleração de Aprendizagem e Adequação Curricular no Nordeste Goiano
			2427	Cestas Básicas com Botijão de Gás para o Nordeste Goiano
			2428	Consórcio Intermunicipal de Saúde no Nordeste Goiano
			2847	Gerenciamento e Desenvolvimento de Ações no Nordeste Goiano



ESTADO DE GOIÁS
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

LEI Nº DE DE 2002 (LDO)

ANEXO I - PROGRAMAS E AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS NO EXERCÍCIO DE 2003

SETOR	PROGRAMA		AÇÃO		
	CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	
	1747	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO ENTORNO DO DF	1314	Emergência para o Entorno do DF	
			1315	Projeto de Irrigação de Assentamentos Rurais para o Entorno do DF	
			1316	Melhoria do Sistema de Transporte do Entorno do DF	
			1317	Ampliação de Sistema Energético do Entorno do DF	
			1318	Expansão do Sistema de Comunicações no Entorno do DF	
			1319	Projeto de Habitação Popular do Entorno do DF	
			1320	Plano Diretor de Saúde para o Entorno do DF	
			1321	Plano Diretor Transporte Urbano para o Entorno do DF	
			1322	Plano Diretor de Saneamento Básico do Entorno do DF	
			1323	Projeto de Aproveitamento de Recursos Hídricos na Região do Entorno do DF	
			1349	Implementação de Ações de Apoio aos Municípios do Entorno do DF	
			2404	Articulação Institucional com os Órgãos Setoriais do DF, GO e Município da RIDE	
			2405	Gestão Ambiental do Entorno do DF	
			2406	Ordenamento Espacial / Fortalecimento Institucional do Entorno do DF	
			2408	Educação Básica do Entorno do DF	
			2409	Qualificação e Capacitação do Entorno do DF	
			2410	Geração e Difusão de Tecnologia do Entorno do DF	
			2411	Agrocidadania do Entorno do DF	
			2412	Apoio a Micro e Pequenos Empreendimentos do Entorno do DF	
			2413	Apoio e Estímulo ao Desenvolvimento Industrial do Entorno do DF	
			2414	Preservação do Patrimônio Histórico e Artístico do Entorno do DF	
			2415	Geração de Empresas de Empregos e Rendas do Entorno do DF	
	2416	Segurança Pública e Defesa Social na Área do Entorno do DF			
	2417	Desenvolvimento Integrado da Atividade Turística do Entorno do DF			
	2418	Ações de Promoção, Assistência Social e Cidadania do Entorno do DF			
	2419	Gerenciamento do Programa do Desenvolvimento Sustentável no Entorno do DF			
	2420	Desporto e Lazer no Entorno do DF			
		1745	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA REGIÃO NORTE GOIANO	1304	Infra-Estrutura de Transporte para a Região Norte Goiano
				1305	Infra-Estrutura de Energia para a Região Norte Goiano
				1306	Infra-Estrutura Urbana para a Região Norte Goiano
				1308	Habitação para a Região Norte Goiano
				1735	Desenvolvimento de Ações na Região Norte Goiano
				2382	Coordenação dos Projetos Setoriais para a Região Norte Goiano
				2383	Desenvolvimento do Turismo para a Região Norte Goiano
				2384	Preservação e Conservação Ambiental para a Região Norte Goiano
				2385	Desenvolvimento da Agricultura e do Agronegócio para a Região Norte Goiano
				2386	Educação para a Região Norte Goiano
				2387	Saúde para a Região Norte Goiano
				2388	Segurança Pública para a Região Norte Goiano
				2389	Cultura para a Região Norte Goiano
				2390	Desenvolvimento Institucional para a Região Norte Goiano
2391	Promoção e Assistência Social para a Região Norte Goiano				
2392	Ciência e Tecnologia para a Região Norte Goiano				
2431	Desenvolvimento Industrial para a Região Norte Goiano				



ESTADO DE GOIÁS
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
LEI Nº DE DE 2002 (LDO)
ANEXO I - PROGRAMAS E AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS NO EXERCÍCIO DE 2003

SETOR	PROGRAMA		AÇÃO	
	CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	CÓDIGO	DENOMINAÇÃO
MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	1694	PROGRAMA DE GESTÃO EM MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	1251	Criação de Instrumentos Legais e Financeiros
			1252	Zoneamento Ecológico Econômico do Estado de Goiás
			2270	Fortalecimento Institucional
			2276	Educação Ambiental para a População
			2277	Capacitação de Pessoal nos Municípios para Execução de Projetos no Setor Ambiental
			2284	Campanha do Araguaia
			2285	Comunicação Ambiental
			2286	Coleta Seletiva do Lixo
			2287	Festival Internacional de Cinema e Vídeo Ambiental
			2839	Gestão Integrada do Lixo
			2840	Comunicação, Cultura e Pesquisas Ambientais
	1691	PROGRAMA GERENCIAMENTO DOS RECURSOS HÍDRICOS	1253	Gestão dos Recursos Hídricos do Estado de Goiás
			2271	Monitoramento dos Recursos Hídricos
	1693	PROGRAMA DE BIODIVERSIDADE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	1259	Implantação do Pólo Ecológico (Parque dos Ipês, Parque Ecológico, Jardim Zoológico e Complexo de Lazer)
			2274	Conservação da Biodiversidade do Cerrado
			2275	Fomento à Pesquisa e Divulgação de Novas Tecnologias para Uso Racional dos Recursos Naturais
	1704	PROGRAMA DE PRESERVAÇÃO, CONSERVAÇÃO E CONTROLE AMBIENTAL	2278	Meia Ponte Rio por Inteiro
			2279	Fomento as Atividades de Preservação e Controle de Recursos Naturais
			2280	Implantação e Gerenciamento de Unidades de Conservação
			2281	Monitoramento da Qualidade do Ar e Recursos Hídricos
2282			Licenciamento Ambiental	
2283			Fiscalização Ambiental	
2838			Ações Ambientais Integradas Especiais e Fomento a Atividades de Preservação dos Recursos Naturais	
SANEAMENTO	1842	PROGRAMA DE SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E TRATAMENTO DE ESGOTO SANITÁRIO	1702	Implantação / Ampliação e Melhoria do Sistema de Abastecimento de Água
			1703	Implantação / Ampliação e Melhoria do Sistema de Esgotamento Sanitário
	1839	PROGRAMA TODA CASA COM ABASTECIMENTO DE ÁGUA E PROTEÇÃO SANITÁRIA	1256	Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário
			1257	Implantação do Sistema de Abastecimento de Água
			1770	Implantação do Sistema de Abastecimento de Água (Emenda Sancionada)



ESTADO DE GOIÁS
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
LEI Nº DE DE 2002 (LDO)
ANEXO I - PROGRAMAS E AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS NO EXERCÍCIO DE 2003

SETOR	PROGRAMA		AÇÃO	
	CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	CÓDIGO	DENOMINAÇÃO
	1702	PROGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DO ESGOTO DE GOIÂNIA - ETE GOIÂNIA E DESPOLUIÇÃO DA BACIA DO MEIA PONTE	8102	Construção da Estação de Tratamento de Esgoto da Bacia do Ribeirão Anicuns em Goiânia
	1837	PROGRAMA IMPLANTAÇÃO DA BARRAGEM DO RIBEIRÃO JOÃO LEITE	1270	Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água de Goiânia e Áreas Conurbadas
HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO	1692	PROGRAMA HABITAÇÃO NOVO / MORADA NOVA	1254	Construção de Unidades Habitacionais
			1255	Melhoria Urbana
			1258	Implantação de Gerenciamento Global dos Resíduos Sólidos Urbanos
			1744	Construção e Doação de Moradias a População Carente
			2273	Desenvolvimento de Pesquisa e Tecnologia
	1838	PROGRAMA DE REFORMA DE MORADIAS PARA A POPULAÇÃO CARENTE - PRO-REFORMA	2272	Gerenciamento Global da Habitação
	3147	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL	1302	Projeto de Desenvolvimento da Cidade de Goiás
			2360	Capacitação para Gestão Pública Municipal
			2361	Fortalecimento Institucional dos Municípios
			2362	Elaboração de Planejamento e Planos Diretores Urbanos para os Municípios Goianos
	1843	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DE ANÁPOLIS	1301	Dsesenvolvimento de Município de Anápolis
GESTÃO PÚBLICA	3151	PROGRAMA DA QUALIDADE NO SETOR PÚBLICO	2378	Avaliação das Entidades Adesas ao PQSP e/ou Candidatas ao Prêmio da Qualidade do Governo de Goiás
			2379	Divulgação, Informação, Mobilização sobre o Programa de Qualidade no Setor Público
			2380	Pesquisa de Satisfação do Cidadão quanto ao Serviço Público
			2442	Promoção da Melhoria das Ações Direcionadas ao Cidadão
	3150	PROGRAMA DE GESTÃO DO PLANEJAMENTNO GOVERNAMENTAL	2359	Balcão de Projetos
			2374	Discutindo Goiás Século XXI
			2375	Fortalecimento da Rede Estadual de Planejamento e Orçamento
			2376	Fortalecimento da Estatística, Pesquisa e Informação
			2377	Controladoria- Sistema de Informações Gerenciais
	3149	PROGRAMA ESTADUAL DE DESESTATIZAÇÃO	2365	Concessão da Exploração de Bens de Domínio do Estado
			2366	Terceirização de Serviços Públicos
			2367	Parcerias entre o Setor Público / Privado e Entidades não Governamentais
			2368	Alienação de Ativos do Estado
			2369	Liquidação e Extinção de Empresas Estatais
			2370	Autorização ou Permissão de Uso de Bens / Serviços Públicos
			2812	Manutenção de Estradas Vicinais



ESTADO DE GOIÁS
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
LEI Nº DE DE 2002 (LDO)
ANEXO I - PROGRAMAS E AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS NO EXERCÍCIO DE 2003

SETOR	PROGRAMA		AÇÃO	
	CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	CÓDIGO	DENOMINAÇÃO
	3152	PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO	1612	Estruturação de Planos de Cargos e Salários
			2682	Capacitação e Treinamento do Servidor Público
			2685	Assistência ao Servidor Carente
	1791	PROGRAMA DE GESTÃO E MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA - VAPT-VUPT	1611	Implantação de Serviço Integrado de Atendimento ao Cidadão - SIAC / Vap-Vupt
			1613	Guia do Serviço Público
			1614	Criação do Núcleo de Coordenação da Escola do Servidor Público
			2683	Parametrização e Controle da Folha de Pagamento
			2686	Implantação e Funcionamento do SITE para o Cidadão
			2687	Educando - Capacitação de Servidores para Atuarem sob a Gestão da Qualidade
			2688	Elaboração do Cadastro Organizacional do Poder Público
	3142	PROGRAMA DE APOIO LOGÍSTICO AOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	2684	Apoio na Aquisição de Materiais, Equipamentos e Serviços
			2690	Controle Patrimonial
	3153	PROGRAMA DE INFORMATIZAÇÃO DO SETOR PÚBLICO	2671	Ampliação e Manutenção dos Recursos de Informática
			2676	Implantação de Intranet Local e Intranet Cooperativa
			2678	Implantação de Extranet Local e Extranet Cooperativa
			2797	Manutenção e Operacionalização dos Sistemas de Informática
	1587	PROGRAMA CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REFORMA E MANUTENÇÃO DE PRÓPRIOS PÚBLICOS	1131	Construção e Remodelação dos Terminais
			1132	Construção de Miniterminais de Integração
			1192	Construção, Ampliação, Reforma e Manutenção de Próprios Públicos
			1737	Construção, Ampliação, Reforma de Próprios Públicos (Emenda Sancionada)
			1755	Construção da Faculdade Estadual de Trindade (Emenda Sancionada)
			1767	Construção, Ampliação, Reforma e Manutenção de Próprios Públicos (Emenda Sancionada)
			2815	Planejamento e Programação de Obras Públicas
	2830	Construção e/ou Ampliação de Próprios Públicos da Polícia Civil (Emenda Sancionada)		
	1749	PROGRAMA DE APOIO AOS MUNICÍPIOS E ENTIDADES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS (CONVÊNIOS)	2429	Apoio aos Municípios (Convênios)
			2430	Apoio as Entidades Privadas sem Fins Lucrativos (Convênios)
			2798	Apoio as Entidades Assistência de Combate ao Alcoolismo
			2808	Convênio com os Municípios (Emenda Sancionada)
2809			Convênio com Entidades Privadas sem Fins Lucrativos (Emenda Sancionada)	
3306	PROGRAMA DE ESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE GOIÁS	2787	Estruturação da Previdência do Estado de Goiás	
3307	PROGRAMA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS	2813	Fiscalização dos Serviços Públicos	



ESTADO DE GOIÁS
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
LEI Nº DE DE 2002 (LDO)
ANEXO I - PROGRAMAS E AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS NO EXERCÍCIO DE 2003

SETOR	PROGRAMA		AÇÃO	
	CÓDIGO	DENOMINAÇÃO	CÓDIGO	DENOMINAÇÃO
DIVULGAÇÃO E PUBLICIDADE	3143	PROGRAMA PUBLICIDADES GOVERNAMENTAIS	2691	Divulgação e Veiculação das Ações Governamentais
	1797	PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA TV E RÁDIO BRASIL CENTRAL	1616	Modernizar o Sistema de Rádio
			1617	Expansão do Sinal da TV via Satélite e Aprimoramento do Sinal Existente
FINANÇAS PÚBLICAS	1771	PROGRAMA DE INCREMENTO DA RECEITA	1601	Construção de Delegacias Fiscais no Estado
			1603	Implantação de Quiosques de Auto-Atendimento
			2651	Ampliação e Reforma das Instalações Físicas da Secretaria da Fazenda
			2655	Implementação da Arrecadação de Tributos e Taxas
			2656	Aperfeiçoamento da Legislação Tributária
			2657	Elaboração e Evolução de Sistema de Administração Tributária Diferenciadas
	2658	Informatização de Agências Regionais de Atendimento e de Delegacias		
	3144	PROGRAMA DE GESTÃO E FINANÇAS PÚBLICAS	2652	Melhoria do Sistema Contábil
			2653	Gerenciamento e Controle das Contas do Tesouro Estadual
	3145	PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO FAZENDÁRIA	1602	Implantação de Serviços por Intermédio da Rede Mundial de Computadores / INTERNET
			1604	Implantação de Sistemas de Data Ware House
			2654	Aperfeiçoamento em Administração Tributária, Fiscalização, Gerencial e Informática
	3305	PROGRAMA DE AJUSTE FISCAL	2782	Ajuste Fiscal
OUTROS PODERES E MINISTÉRIO PÚBLICO	1821	PROGRAMA LEGISLATIVO PARA O TERCEIRO MILÊNIO	2704	Modernização e Eficácia do Sistema Parlamentar e Legislativo
			2705	Integração e Comunicação do Legislativo com o Cidadão
				Construção da Nova Sede da Assembléia Legislativa do Estado de Goiás
	1822	PROGRAMA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA, ORÇAMENTÁRIA, CONTÁBIL, PATRIMONIAL E OPERACIONAL	2706	Auxílio, Fiscalização, Julgamento de Atos dos Administradores Públicos, Parecer das Contas do Governador
	1823	PROGRAMA REPRESENTAÇÃO DA FAZENDA PÚBLICA JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	2707	Garantir a Correta Aplicação da Lei
	1825	PROGRAMA MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS	2709	Garantir a Correta Aplicação da Lei
	1824	PROGRAMA DE CONTROLE EXTERNO E ORIENTAÇÃO DOS	2708	Axílio e Fiscalização Junto ao Poder Público Municipal
	1827	PROGRAMA INTEGRAÇÃO DO MINISTÉRIO	1634	Implantação, Construção, Instalação e Reforma de Promotorias de Justiça
			1635	Informatização da Atuação Institucional
	1826	PROGRAMA REORGANIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO JUDICIÁRIO	1631	Construção e Reforma de Foruns
			1632	Informatização de Foruns
1633			Mobiliário e Equipamentos de Foruns	



ESTADO DE GOIÁS

LEI Nº DE DE DE 2002 (LDO)

ANEXO II - METAS FISCAIS - DEMONSTRATIVO DAS METAS ANUAIS - (Artigo 4º da Lei Complementar nº 101/2000)

O Estado de Goiás implantou o Programa de Ajuste Fiscal, cujas metas visam promover o equilíbrio entre receita e despesa, formando ao mesmo tempo poupança para aplicação nos programas finalísticos do PPA 2000 – 2003.

Por essa razão, vem adotando as seguintes medidas: redução e controle dos gastos com pessoal e manutenção dos órgãos; execução de investimentos dentro da capacidade financeira do Estado; renegociação de dívidas; incremento de receitas próprias; recuperação de créditos; reforma administrativa; desestatização, dentre outras, visando transformar o Estado em instrumento de desenvolvimento social.

Firmou ainda, com a União, acordo no âmbito do Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal dos Estados, compatibilizando as metas do programa estadual com a política econômica nacional, adequando suas despesas e incrementado suas receitas.

A meta de superávit primário do Estado de Goiás proposta para o exercício de 2003, a preços constantes, é de aproximadamente 14,7% da RLR. Foram estimadas também as metas de superávit primário para o ano 2004/2005, considerando a manutenção do esforço fiscal de arrecadação, e o ajuste no nível de despesas, de forma a alcançar o superávit primário proposto.

Os Resultados primário e nominal foram calculados segundo a metodologia “acima da linha” adotada pela Secretaria do Tesouro Nacional. Para isto, no conceito de “Receita Total e Despesa Total”, são excluídas as rubricas abaixo especificadas que, por sua vez, serão orçadas e apresentadas na receita e despesa da lei orçamentária:

- a) No cálculo da Receita Total não constam as estimativas das receitas vinculadas, ou seja, as provenientes de operações de crédito, de convênios, as decorrentes do Programa Estadual de Desestatização e as receitas financeiras;
- b) No cálculo da Despesa Total não constam as destinadas ao pagamento da dívida pública nos limites renegociados e as transferências ao Fundo de Previdência.

A dívida líquida estadual é igual à dívida bruta contratual fundada constante dos relatórios da Secretaria do Tesouro Nacional e do Banco Central do Brasil, excluídos os ativos financeiros constantes do Balanço Geral do Estado de 2001 e, projetados para os exercícios seguintes considerando-se a variação da inflação do IGP-DI projetada pelo Banco Central do Brasil.

As receitas do Tesouro Estadual foram estimadas para os exercícios de 2003 a 2005 com base em metodologia que considerou o comportamento histórico destas receitas nos últimos cinco anos, as medidas de caráter econômico tomadas ao longo do período pesquisado, o crescimento econômico, o esforço de arrecadação e a redução da carga tributária que vem adotando o Governo do Estado e a inflação futura, utilizando-se a regressão linear simples.

As receitas de Operações de Crédito e as decorrentes do Programa Estadual de Desestatização ocorrendo serão incluídas nas estimativas da lei orçamentária ou através de créditos especiais alterando-se em decorrência o anexo de metas fiscais ora proposto.



ESTADO DE GOIÁS

LEI Nº DE DE DE 2002 (LDO)

ANEXO II - METAS FISCAIS - RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL - - DÍVIDA PÚBLICA -

(Artigo 4º, § 1º, da Lei Complementar nº 101/2000)

I – VALORES CONSTANTES

EM R\$ 1.000,00

DISCRIMINAÇÃO	2003	2004	2005
I – Receita Total	4.386.690	4.569.803	4.753.421
II – Despesa Total	3.937.690	4.103.803	4.270.421
III – Resultado Primário	449.000	466.000	483.000
IV – Resultado Nominal	0	0	0
V – Dívida Líquida	7.985.782	8.197.771	8.415.080

II – VALORES CORRENTES

EM R\$ 1.000,00

DISCRIMINAÇÃO	2003	2004	2005
I – Receita Total	4.272.600	4.674.152	5.076.417
II – Despesa Total	3.838.600	4.198.152	4.558.417
III – Resultado Primário	434.000	476.000	518.000
IV – Resultado Nominal	0	0	0
V – Dívida Líquida	8.459.339	9.100.726	9.790.386

Notas explicativas:

- Não foram incluídas nas metas fiscais acima, na Receita Total e na Despesa Total, as receitas advindas do Programa Estadual de Desestatização, de Convênios e de Operações de Crédito, todas vinculadas e as despesas delas decorrentes;
- Caso estas receitas ocorram ou sejam estimadas, serão fixadas as despesas correspondentes, modificando – se, à época o Quadro de Metas Fiscais ora proposto.